

Maria de Fátima Marinho  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

## Revisitar o passado\*

Contrariamente a possíveis expectativas, se é que, na verdade, as houve, as mudanças radicais operadas pela Revolução Francesa não fizeram esquecer ou desprezar o passado, mas, pelo contrário, favoreceram conjunturas que, por motivos frequentemente alheios aos verdadeiros motores sócio-políticos, obrigaram a repensar os tempos idos e a construir uma memória que apenas o é numa perspectiva que sempre se afastará radicalmente do comum significado do conceito. É sabido que a estratégia napoleónica, longe de poder ser lida de modo unívoco, deverá ser compreendida como uma faca de dois gumes: se, por um lado, os ideais, ainda revolucionários, de liberdade, igualdade e fraternidade não podiam deixar de seduzir elites intelectuais que se sentiam definhar sob decrépitas monarquias absolutas, por outro, a invasão sumária de um país e o esquecimento sistemático de seus valores criam necessariamente atitudes de repulsa e tentativas de reabilitação nacional. E o Romantismo encarnará essa dupla missão: lutar por ideais emancipadores do liberalismo e revisitar o passado no que ele tem de mais idealizado e mítico.

Contudo, a estética romântica, apesar de obsessivamente conferir ao passado importância primordial, nunca se conseguirá libertar de limitações que ultrapassam a simples crença numa reconstituição, que só pode ser primária, estática e traiçoeira. Todo o romance histórico do período romântico (entendido este termo no seu sentido mais lato) enferma destas características<sup>1</sup> e as personagens, por mais adereços exteriores que pretendam fazer evocar séculos anteriores, não conseguem agir de feição diferente das suas congéneres de outros romances da época, cuja acção se desenrola no presente. Não nos interessa aqui discutir o tipo de reconstituição histórica que o Romantismo propõe, mas tão somente fixar a forma como o passado ganhou relevo e como ele se transformou em algo que de factual (mais ou menos idealizado) passou a mítico, uma vez que mais importante do que o passado é a ideia que sobre ele se criou e interiorizou.

No momento de viragem para o século XX, uma série de factores, não já tão gerais como os do início de oitocentos, mas particularmente portugueses (o mapa cor-de-rosa, o Ultimatum inglês e a posterior queda da monarquia), contribuíram para adensar um

---

\* Comunicação apresentada ao colóquio "António Nobre no Centenário da sua morte", Porto, 9-10 de Novembro de 2000, no prelo.

<sup>1</sup> Cf., Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999.

espírito simultaneamente derrotista e gloriosamente compensatório. Aparecem assim textos elogiosos das figuras do passado, tentando escamotear uma realidade pouco edificante através de uma efabulação que se destinaria a elevar sentimentos patrióticos, profundamente atingidos.

Num campo paralelo ao do romance apologético que marca as últimas décadas do século XIX e as primeiras do seguinte, situa-se, na poesia, o caso de António Nobre, nos poemas de «O Desejado» que foram incluídos em *Despedidas*, e, anos depois, o Fernando Pessoa de *Mensagem*.

Tal como o título indica, a figura que teoricamente subjaz a todos os poemas é a de D. Sebastião, embora a referência concreta ao seu nome só surja na metade final da recolha. Como é do conhecimento geral, o carisma do derrotado de Alcácer-Quibir ultrapassa de longe a cronologia de uma vida curta e atribulada. A juventude do rei aliada a uma morte não completamente verificada e, durante vários anos, negada e afirmada com igual convicção, favorece o aparecimento de textos literários que evocam, de diversas formas, a imagem do neto de D. João III. Se nos ativermos apenas ao século XIX, poderemos afirmar, sem grande margem de erro, que os romances ou poemas que versam a época em causa se esgotam, como aliás era comum na concepção então vigente, na recriação mais ou menos fidedigna dos acontecimentos, dando especial relevo à coragem ou à loucura do rei, consoante a ideologia do criador.

No longo poema narrativo de A. Correia de Lacerda, *D. Sebastião o Encoberto*<sup>2</sup>, o autor imagina que, não tendo morrido na batalha, D. Sebastião teria sido recolhido por uma família moura e uns amores teriam nascido entre ele e uma jovem o que teria provocado os inevitáveis ciúmes num outro infiel, acabando o rei por morrer, na impossibilidade de um futuro feliz, por inverosímil.

Contudo, a grande maioria dos romances limita-se a narrar os factos conhecidos e provados, optando por uma visão gloriosa, *Ruy de Miranda* de Ayres Pinto de Souza de Mendonça e Menezes («(...) um monarca, verdadeiramente português, com um ardor juvenil maior do que a prudência pedia, lá deixou quebrar o sceptro, e murchar os florões gloriosos da corôa, affogados em sangue nobre e leal»<sup>3</sup>) ou negativa, *Os Fidalgos do Coração de Ouro*, de Pereira Lobato («tresloucado príncipe»<sup>4</sup>).

Até aos finais de oitocentos, a figura do rei, embora presente no imaginário português, não tinha ainda atingido o grau de abstracção e símbolo que terá em António Nobre e anos depois em *Mensagem*, embora o fenómeno do Bandarra e outros afins apontassem para um messianismo que antecede seguramente as posições nobreanas. D. Sebastião, ou o Desejado ou o Encoberto, e os nomes são já sintomáticos, funciona emblematicamente numa posição trans-histórica e trans-humana, convocando, por vezes, remota e simbolicamente expectativas que parecem inadequadas ao objecto indiciado.

O primeiro poema incluído sob a designação de «O Desejado», ao invocar uma Lisboa passada e inexistente, transfere para um lugar concreto a memória que o sujeito povoa de mitos, mitos que tentam combater o desalento e sentimento de morte, inul-

<sup>2</sup> A. A. Correia de Lacerda, *D. Sebastião o Encuberto*, Lisboa, Typographia de L.C. da Cunha, 1840.

<sup>3</sup> Ayres Pinto de Souza de Mendonça e Menezes, *Ruy de Miranda*, Lisboa, Typ. R.P. Marinho, 1849, s/ nº de página.

<sup>4</sup> Pereira Lobato, *Os Fidalgos do Coração de Ouro*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 2ªed., 1901, Vol. II, p. 212.

trapassáveis no momento presente. Se o sujeito se interroga, «És tu a mesma de que fala a História?»<sup>5</sup>, é porque para ele a cidade é antes de mais o espaço mítico do desejo, funcionando como uma metonímia de Portugal e como uma metáfora do eu:

«Ó Lisboa das meigas procissões!  
Ó Lisboa de Irmãs e de fadistas!  
Ó Lisboa dos líricos pregões...  
(...)  
Ó Lisboa das naus, cheia de glória,  
Ó Lisboa das Crónicas, responde!  
(...)  
Romântica Lisboa de Garrett!  
(...)  
Que falta fazes à Lisboa amena!  
Anda ver Portugal! Parece louco...  
Que pátria grande! Como está pequena!»<sup>6</sup>

Paralelamente a uma Lisboa mítica que o sujeito aparenta ao desânimo e sofrimento que experimenta, está a presença constante da morte que impede qualquer possibilidade de reabilitação da memória:

«Rezai, rezai, Senhoras por aquele  
Que no Mundo sofreu todas as dores!  
(...)  
E que, hoje aqui está, só osso e pele,  
À espera que o enterrem entre as flores...»<sup>7</sup>

Esta morte, todavia, cuja imagem tão obsessivamente tortura o sujeito, insere-se numa temática mais vasta e confunde-se com a derrocada da Pátria, ou antes, os mitos do passado fundem-se a confundem-se com o presente do eu:

«Nunca na terra se viu nada assim!  
Minha vida mudou-se de repente.  
A tosse veio...vós sabeis o fim.  
Foi a queda do Império do Ocidente!  
Foi o desastre de Alcácer Quibir!  
A Espanha veio com Filipe à frente!»<sup>8</sup>

Daí que todo o desânimo, insegurança («rezai por mim»), pressentimento da morte, noção de decadência e ausência de amor (porque ele é místico e mítico) se conjuguem para criar, por um lado, a pretensão de uma aparente felicidade e, por outro, o aparecimento de emblemas, alguns tipicamente românticos, mas todos seguramente, do domínio do desejo e do mito presente no inconsciente colectivo de uma nação que transfigura o sentir do sujeito.

<sup>5</sup> António Nobre, *Poesia Completa*, pref. de Mário Cláudio, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p.313.

<sup>6</sup> *Idem*, pp.313-315.

<sup>7</sup> *Idem*, p.316.

<sup>8</sup> *Idem*, p.351.

O amor, ou a sua ausência, torna-se num peso, por vezes, difícil de suportar, já que o objecto amado nunca é concreto e facilmente abordável, mas situa-se numa linha paralela à da memória, num plano transcendente e mentalmente construído:

«Ó Senhora d'altas Esferas!  
Castelã das minhas quimeras!  
Ó meu amor!  
Amor místico, amor celeste  
Que tu pelo Natal me deste.  
Senhor! Senhor!»<sup>9</sup>

Ao ser qualificado de místico, o amor aparenta-se com o carácter mí(s)tico de toda a travessia do sujeito que se refugia em emblemas que encobrem as fragilidades e obsessões mais profundas. Figuras românticas como Byron ou Garrett, personagens misteriosas como Fausto ou tão significativas como heróis da História de Portugal ou D. Sebastião, percorrem estes poemas a ponto de se poderem idealmente conglobar numa estranha personagem que dá pelo nome de Henrique.

A referência a Byron e a Garrett coloca ostensivamente o sujeito sob a influência, mesmo se apenas superficial, da estética romântica e dos seus consagrados mitos, como a Idade Média e as histórias de moiros e cristãos. É ainda a memória que funciona como catalisadora do passado que se actualiza num presente de decadência e morte:

«Sintra do mar! Sintra de Lord Byron,  
Meu nobre camarada de Inglaterra!  
Sintra dos moiros com os seus adarves,  
E, ao longe, em frente, o Reino dos Algarves!»<sup>10</sup>

Se a atracção pelo romântico é forte, ela não é menor pela personagem de Fausto que Goethe imortalizou, apesar do seu pedido de apoio ter sido falhado, como aliás era de prever pela ideologia veiculada nos poemas.

«Um dia, olhai Senhoras, eu fui tal como o Fausto:  
Pedir conselho à ciência de um velho, sábio e exausto;  
(...)  
Mas ele olhou-me grave e nada me dizia!»<sup>11</sup>

No entanto, e de acordo com tudo o que ficou exposto, é no passado português, o passado mítico e não real, isto é, o que perdura no inconsciente de uma população e facilita a criação de figuras que ultrapassam a relatividade histórica para se transformarem em demiurgos, que António Nobre investe, no sentido de tentar desvendar o seu próprio significado. E quando invoca Camões, D. Pedro, D. Dinis, D. Duarte, Pedro Álvares Cabral ou Vasco da Gama, ele está a colocar-se sob a égide de uma linhagem que imediatamente transcende a simples nomeação para encarnar ideais que o ultrapassam, ou antes, o configuram numa memória histórica que o transformam de indivíduo em membro indissociável dessa comunidade:

<sup>9</sup> *Idem*, p.335.

<sup>10</sup> *Idem*, p.315.

<sup>11</sup> *Idem*, pp.318-319.

«Comeu a terra os ossos deses leões,  
As suas cinzas foram-se nos ventos  
E eu sofro, após quinhentas gerações?  
(...)  
Quem sabe se não foram meus avós,  
Senhor! Que tanto e tanto te ofenderam,  
Mas meus arquiprimeiros bisavós?»<sup>12</sup>

Esta noção de indistinção de passado e presente alia-se à existência de uma figura, só nomeada na última parte da colectânea, mas que reúne mais potencialidades do que todas as outras até agora evocadas – D. Sebastião. É evidente que ele não é o rei concreto que um dia comandou o exército que foi desbaratado em Alcácer-Quibir, ele é o símbolo do Desejado (aliás, nome do conjunto de poemas), do que eternamente se tornou no herói do porvir (por vir), receptáculo de características fascinantes porque inexistentes ou só possíveis através da mediação do inconsciente que construiu a imagem messiânica que tem sido aproveitada ao longo das épocas.

E as características desta personagem reúnem todos os ingredientes passíveis de aproveitamento mítico, repositório da memória comum:

«Virá, um dia, carregado de oiros.  
Marfins e pratas que do céu herdou,  
O Rei menino que se foi aos Moiros,  
Que foi aos Moiros e ainda não voltou.  
Tem olhos verdes e cabelos loiros,  
Ah não se enganem (ainda não chegou)  
Virá El-Rei Menino do Estrangeiro,  
Numa certa manhã de nevoeiro...»<sup>13</sup>

E, tal como aconteceu com Alcácer-Quibir, também se dá a inevitável indiferenciação entre o sujeito e essa figura simultaneamente trágica e de esperança, patrono dos infelizes e dos visionários:

« Ó D. Sebastião a ti comparo,  
El-Rei de Portugal, a minha sorte,  
Se te encontrasse na vida, serias meu amparo,  
Ser-mo-ás talvez depois da morte.  
D. Sebastião, rei dos desgraçados,  
D. Sebastião, rei dos vencidos,  
El-Rei dos que amam sem ser amados  
El-Rei dos génios incompreendidos.»<sup>14</sup>

É porque o rei, ou antes a sua figuração mítica, se assume como um símbolo que no último poema do livro se pode «esper[ar] em pé o seu D. Sebastião»<sup>15</sup>, isto é, aguardar o momento em que o sonho e a memória se interpenetrarão numa utopia feliz:

<sup>12</sup> *Idem*, p.354.

<sup>13</sup> *Idem*, p.342.

<sup>14</sup> *Idem*, p.349.

<sup>15</sup> *Idem*, p.365.

«Henrique, vai gritar por essa rua  
Virá um dia o “Sempre Desejado!”  
Deu a vida por nós, Tu, dá-lhe a tua,  
Esquece nele todo o teu passado:

Procura bem, Henrique, em Portugal;  
Procura-o na flor das primaveras,  
Procura-o na sombra do olival;  
Procura à luz de todas as quimeras...

.....  
.....»<sup>16</sup>

Henrique... Espécie de cavaleiro (do que o imaginário considerou como medieval) ou de misteriosa personagem, a que vão sendo atribuídas características que o remetem possivelmente para heróis conhecidos da História portuguesa. É interessante investigar com mais cuidado este Henrique que aparece frequentemente nomeado e que provoca alguma perplexidade, pela proximidade que se pode verificar entre algumas das suas características e as de outros Henriques que o passado nos recorda. Não é com certeza por acaso que em determinado poema se pode ler:

«Olhando os nevoeiros nos montes encobertos,  
E deixando que as horas corressem devagar  
Absorto como estava naquele seu cismar.  
Que pensamento novo seria, pois, aquele !  
(...)  
Sem falar nos países de estranhas paisagens,  
Que louco percorria em busca de miragens.  
(...)  
Tira do armário a capa e a espada dos Avós,  
Não deixa o seu bordão de viagem, todo aos nós.  
Para atender ao capricho que o levava ao Alto Mar»<sup>17</sup>

A busca utópica de um além que poderá estar para lá do mar, e a semelhança de certas situações que despertam reminiscências no inconsciente do sujeito, convocam a figura do Infante D. Henrique e o imaginário das Descobertas que esta estranha personagem tão bem indicia. Todavia, a polivalência de Henrique vai ao ponto de este poder significar outros mitos, como o da predestinação de Portugal, lugar escolhido por Deus, na linha do messianismo mais ortodoxo:

«Cor do céu a bandeira e cor de neve  
Não a vejo na torre a flutuar!  
Senhor! Vós bem sabeis que o Rei não deve,  
Outras armas que a vossa apresentar.  
Se assim deixais que outro povo a leve,

---

<sup>16</sup> *Idem*, ib.

<sup>17</sup> *Idem*, p.323.

Porque a deste ao nosso para a guardar?  
Não é ele mesmo que em Ourique  
A aclamou nas mãos do teu Henrique?»<sup>18</sup>

E agora é D. Afonso Henriques que surge nos interstícios da escrita, o rei fundador que insensivelmente se confunde com o protagonista da derrocada, patrocinador da figura do Desejado. Se Henrique aparece no último poema infeliz e a chorar, ele evocará indirecta e subrepticamente o Cardeal que permitiu o desastre final:

«Vai trabalhar por Deus. – “Mas como e onde?  
Não vos disse que morto é Portugal?  
Prò trabalho quem antes era conde!”-  
Ai meu Henrique, não te fica mal!»<sup>19</sup>

As quatro estrofes finais do poema esquecem todas estas possíveis remissões, tornando-se Henrique uma espécie de arauto de um futuro promissor, encarnado no conceito do Desejado – «Virá um dia o “Sempre Desejado”»<sup>20</sup>.

Ao dar voz a uma subliminar consciência que se traduz numa filosofia messiânica, António Nobre está a situar-se na linha de pensamento característica do início do século e que literariamente irá culminar em alguns dos poemas de *Mensagem* de Fernando Pessoa:

«Onde quer que, entre sombras e dizeres,  
Jazas remoto, sente-te sonhado,  
E ergue-te do fundo de não-seres  
Para teu novo fado!»<sup>21</sup>

Embora estes poemas que são apresentados sob a designação genérica de «O Desejado» pareçam afastar-se temática e estruturalmente da restante obra de Nobre, a verdade é que, e depois de uma análise mais cuidada, facilmente chegamos à conclusão de que a postura do sujeito é semelhante, independentemente de haver quase uma auto-referência ou de se fazer uso de símbolos e mitos. Os temas profundos repetem-se, as obsessões são sempre e basicamente as mesmas. O Desejado mais não é do que um avatar da angústia e do desalento do sujeito.

---

<sup>18</sup> *Idem*, p.341.

<sup>19</sup> *Idem*, p.364.

<sup>20</sup> *Idem*, p.365.

<sup>21</sup> Fernando Pessoa, «O Desejado», in *Mensagem, Obra Poética e em Prosa*, introd., org., bibl. e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1986, Vol. I, p. 1162.

